

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO COORDENADOR DO PROJETO DE

a) _____

b) _____
contribuinte fiscal n.º |__|__|__|__|__|__|__, morador na _____
_____, código postal |__|__|__|__ - |__|__|__|__
freguesia de _____, do concelho de _____
telefone n.º |__|__|__|__|__|__|__, inscrito na c) _____
sob o número _____, declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na
redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que o projeto de a) _____
de que é coordenador, relativo à obra de d) _____
localizada em e) _____, freguesia de _____
do concelho de Arruda dos Vinhos, cujo f) _____ foi g) _____ por h) _____
_____, residente em _____,
freguesia de _____ do concelho de _____:

a) Observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente i) _____

b) Está conforme com os planos municipais de ordenamento do território aplicáveis à pretensão, bem como com
j) _____

(data) _____ |__|__|/|__|__|/|__|__|__|__

(assinatura) K _____

Instruções de preenchimento:

- a) Identificar o tipo de operação urbanística, projeto de arquitetura ou de especialidade em questão
- b) Indicar o nome e a habilitação do autor.
- c) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso.
- d) Indicar a natureza da operação urbanística a realizar.
- e) Indicar a localização da obra (rua, n.º de polícia).
- f) Indicar se trata de licenciamento ou comunicação prévia.
- g) Indicar que foi “requerido” no caso de licenciamento ou “apresentado” no caso de comunicação prévia.
- h) Indicar o nome do requerente ou comunicante.
- i) Discriminar, designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, o alvará de loteamento ou a informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar de forma fundamentada os motivos da não observância das normas técnicas e regulamentares, nos casos previstos no n.º 5 do artigo 10.º do RJUE.
- j) Indicar a licença de loteamento ou informação prévia, quando aplicável
- K) Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão do cidadão